



Refletindo ‘Os Miseráveis’, de Victor Hugo, Sob O Enforque Da Assistência E Previdência Social, Direito E Literatura

Reflecting On Les Misérables By Victor Hugo Through The Lens Of Social Assistance And Social Security, Law, And Literature

Karina Giselli Pimenta Jorge¹

Recebido em 03/02/2025 • Aprovado em 05/03/2025

Resumo

Por meio de pesquisa bibliográfica com enfoque na edição de 2012 do livro “Os Miseráveis” de Victor Hugo, traduzida por Frederico Ozanam Pessoa de Barros e complementada por notas contextuais de Renato Janine Ribeiro, pretende-se estabelecer debate sobre os tutela estatal dos direitos sociais, isso a partir do contexto narrado pelo Autor na Sociedade Francesa do Século XIX, ou seja: imediatamente posterior à Revolução Francesa, época em que os Direitos Fundamentais estavam em desenvolvimento, enfatizando a importância das políticas públicas de amparo social, trazendo elementos acerca das relações de poder e opressão pelo Estado. A presente resenha é elaborada a partir do pinçamento de elementos históricos feitos por Victor Hugo, no qual é possível constatar o entrelaçamento de fatos históricos e ficção, evidenciando o abandono das populações marginalizadas e a inaptidão do liberalismo clássico para realizar seu projeto de liberdade pessoal. A partir de excertos e passagens do texto literário clássico é possível extrair a pretensão de Victor Hugo de denunciar as mazelas enfrentadas pelos pobres e marginalizados na sociedade francesa do século XIX, desvelando a importância do papel do Estado na promoção da proteção social e da garantia de um patamar de direitos mínimos que possam resguardar a dignidade humana. Para o desenvolvimento da presente resenha, o método empregado foi o dedutivo, mediante análise histórico-sociológica.

Palavras-chave: Direito e Literatura; Assistência Social; Previdência Social; Direitos Humanos.

¹ Doutoranda em Direito pela UFPR. Mestre em Direito Processual Civil e Cidadania pela UNIPAR, Especialista em Gestão Pública Municipal e Direito Contemporâneo, Especialista em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Previdenciário <https://orcid.org/0000-0002-0939-4697>



Abstract

Through bibliographic research focusing on the 2012 edition of *Les Misérables* by Victor Hugo, translated by Frederico Ozanam Pessoa de Barros and complemented by contextual notes by Renato Janine Ribeiro, this study aims to establish a debate on the state's protection of social rights. This discussion is framed within the context narrated by the author in 19th-century French society—immediately following the French Revolution—a time when fundamental rights were still in development. The study emphasizes the importance of public policies for social protection, shedding light on power dynamics and state oppression. This review is based on Victor Hugo's historical insights, where the intertwining of historical facts and fiction becomes evident, highlighting the neglect of marginalized populations and the failure of classical liberalism to fulfill its promise of personal freedom. Through excerpts and passages from this literary classic, it is possible to discern Hugo's intent to expose the hardships faced by the poor and marginalized in 19th-century French society, underscoring the crucial role of the state in promoting social protection and ensuring a minimum threshold of rights to safeguard human dignity. For the development of this review, the method employed was deductive, through a historical-sociological analysis.

2

Keywords: Law and Literature; Social Assistance; Social Security; Human Rights.

Introdução

O entrecruzamento entre Direito e Literatura possibilita a sensibilização quanto a questões que muitas vezes passam despercebidas ao operador do Direito que em sua trajetória de vida individual eventualmente não teve acesso a experiências suficientes a permitir a problematização quanto às lutas para sobrevivência experimentadas pelas populações desprovidas de recursos econômicos.

Para indivíduos mais abastados, que nunca passaram por privações econômicas, pode soar absurda a alegação de que o Direito é espaço de luta. Para esses indivíduos a sobrevivência dispensa disputas, pois, como lembra Ihering (2019, p. 26), eles vivem em estado de paz e de ordem. Já para os menos favorecidos pela sorte, sua vida é campo de batalha.

Os Miseráveis, escrito por Victor-Marie Hugo, e publicado pela primeira vez em 1862, constitui um exemplo clássico do estado de disputa pela sobrevivência, dando destaque, de modo inédito até aquela época, à miséria e à exclusão social na França do século XIX,



permitindo a reflexão sobre as consequências do quadro de completa abstenção de amparo social pelo Estado Liberal.

A presente análise se debruçou sob a tradução da obra para a língua portuguesa realizada por Frederico Ozanam Pessoa de Barros, com apresentação de Renato Janine Ribeiro, publicado pela editora Penguin Companhia, edição de 2012, complementada por notas de referência explicativas que permitem ao leitor acessar com maior riqueza de detalhes o contexto social da França do século XIX, possibilitando uma leitura muito mais viva, aprofundada e esclarecedora, em experiência, ao menos imagética, de ser lançado, tal como em uma máquina do tempo, à Paris do início do século XIX.

A reflexão ultrapassa a saga do herói, ou, o *history teeling* (Palacios e Terenzo, 2016, p. 3) a respeito da trajetória de vida do ex-grilheta Jean Valjean e do romance vivido por Fantine (órfã que veio a se tornar herdeira rica no decorrer da narrativa).

Pretende-se traçar um paralelo entre a completa ausência de proteção social no contexto da França do Século XIX e o plexo de normativo vigente no Brasil na segunda década do século XXI, sublinhando a importância da presença do Estado em seu esforço de mitigação da pobreza e marginalização de parcela da sociedade por meio de políticas públicas.

Via reflexa, pretende-se exercer crítica quanto ao contexto de opressão e a marginalização dos vulneráveis existente em Paris no século XIX, que se desvela ante a completa inexistência de políticas públicas protetivas proporcionadas pelo Estado e acessíveis aos menos favorecidos pela sorte, relegando à margem da sociedade aqueles que por algum motivo não dispõe de forças para suprir o próprio sustento de modo autônomo, em especial: crianças, mulheres, idosos e doentes.

Para o desenvolvimento da presente resenha, o método empregado foi o dedutivo, mediante análise histórico-sociológica.

1. A miserável vida de Jean Valjean e o contexto social na França do Século XIX

O livro tem por fio condutor os meandros e desafios enfrentados por Jean Valjean na vida pós trabalhos forçados, depois de ter permanecido 19 anos preso em Bagne de Toulon, a prisão de Toulon, como consequência da quebra de uma vidraça e o roubo de um pão destinado a alimentar sua irmã viúva e seus sete sobrinhos.

O contexto inicial de Jean Valjean é de extrema miserabilidade, o que lhe conduz à consumação de um furto famélico e prisão, fato que repercutiu por toda sua vida.



A narrativa aponta para o fato de que naquela época a miséria não merecia piedade, mas sim punições pesadas pelo Estado Francês recém-saído do regime absolutista.

O romance histórico entremeia fatos fictícios e históricos, reportando eventos ocorridos a partir de 1795, época da prisão do personagem Jean Valjean, perpassando por sua soltura, por volta de 1814.

Essa época é compatível com o início da industrialização na França e na Europa Ocidental, e pode ser sentida pelo leitor a partir da descrição da rápida acumulação de riqueza por Jean Valjean como industriário sob o nome falso de Madeleine, em Montreuil-sur-Mer, um distrito afastado de Paris.

A lógica capitalista de acumulação de riquezas também pode ser notada posteriormente, quando Jean Valjean passou a adotar o nome de Fauchelevent. Nessa época o Autor descreve o perfil psicológico do personagem como benevolente e caridoso, características que passam a ser os traços relevantes para o desenrolar de sua trajetória.

Com riqueza de detalhes, Victor Hugo faz entrecruzamento de acontecimentos históricos, dentre eles a Batalha de Waterloo, com os eventos das vidas do ex-grilheta Jean Valjean, enquanto filantropo que volta sua vida à educação e manutenção da órfã Cosette, tendo por desfecho os fatos ocorridos logo após a Revolução de 1832.

Entremeado à epopeia de Jean Valjean e sua tentativa fracassada de reabilitação penal e social, Victor Hugo, de modo inaugural para a época, volta seus olhos à situação de miserabilidade da população francesa do século XIX, e a completa ausência de preocupação do Estado para com as mazelas sociais, seja no seu viés assistencial, seja no seu viés previdenciário. O adoecimento e morte da personagem Fantine sob o abrigo e cuidado de irmãs de caridade também revelam a inexistência de qualquer suporte estatal à saúde.

Curioso notar, a partir da narrativa ficcional sobre a trajetória de vida de Jean Valjean, a completa inexistência de reabilitação penal de ex-condenados na França, pois mesmo após ter cumprido sua pena, permaneceu até o final da vida convivendo com o estigma de ter sido um ex-grilheta.

O tratamento concedido aos transgressores da Lei no Estado Francês foi extremamente rígido e desumano até meados do século XX (por volta de 1953).

A situação do sistema prisional francês é descrita de modo igualmente vívido no livro Pappilon (1973), obra autobiográfica na qual o ex-prisioneiro protagonista da obra literária, Henri Charriere, relata sua epopéia de fuga após ter sido condenado à prisão perpétua pelo



Estado Francês na década de 1930. Após a condenação ele foi enviado ao degredo na Ilha do Diabo, situada na região da Guiana Francesa. No livro o Autor descreve as condições concedida pela França aos seus prisioneiros, desvelando o agir patológico dos agentes públicos do país da Revolução Francesa.

A partir do relato de Pappilon é possível se sensibilizar de modo muito vívido que o país defensor da liberdade, igualdade e fraternidade aplicava penas desumanas e cruéis até aproximadamente 1953.

2. O Resgate de Fauchelevent: Ausência de Proteção Estatal aos Acidentes de Trabalho

A perseguição de Jean Valjean pelo inspetor Javert teve seu início a partir de acidente de trabalho ocorrido em em Montreuil-sur-Mer, vitimando o idoso Fauchelevent.

Esse personagem é descrito como um ex-tabelião bastante instruído, e acompanhou o enriquecimento de Madeleine (Jean Valjean) enquanto ele mesmo fora conduzido à ruína em suas finanças.

As únicas posses de Fauchelevent por ocasião do acidente eram um cavalo e uma carroça. Para sobreviver fizera-se carroceiro, mesmo já estando em avançada idade.

A descrição do acidente de trabalho permite compreender a importância do estabelecimento de um meio supletivo de renda que ampare a velhice, época da vida em que o trabalho se torna mais difícil ante ao escoamento paulatino das forças vitais.

A passagem do livro que narra o acidente de trabalho ocorrido com o idoso Fauchelevent deixa clara a completa ausência de tutela estatal para a ocorrência do risco social acidente de trabalho, sendo o evento extremamente relevante para o desenrolar de toda narrativa do livro

O Sr. Madeleine passava uma manhã por certa ruazinha não calçada de Montreuil-sur-Mer. Ouviu um barulho e percebeu a alguma distância um agrupamento de curiosos. Dirigiu-se para lá. Um pobre velho, chamado Fauchelevent, acabara de ficar preso sob uma carroça, cujo cavalo se achava estirado no chão (Hugo, 2012, p. 267).

Ante à inexistência de estrutura estatal disponível para atender emergências, ou seja: não existia corporação de bombeiros ou serviço de atendimento a traumas e acidentes, Madeleine (Jean Valjean) instigou os presentes para que prestassem socorro ao idoso, sendo que poucos se voluntariaram, até que o próprio Madeleine interveio em socorro de Fauchelevent:



Os assistentes estavam ofegantes. As rodas continuavam a afundar cada vez mais, e já era quase impossível que Madeleine pudesse sair de onde estava. De repente, viram todo aquele peso estremecer. A carroça elevava-se. Ouviram então uma voz abafada que gritava: - Ajudem depressa! Ajudem! Era Madeleine, que acabava de fazer um último esforço. Todos correram a ajudá-lo. A abnegação de um só deles seria suficiente para encorajar todos os outros. A carroça foi levantada por vinte braços. O velho Fauchelevant estava salvo. (Hugo, 2012, p. 269)

Inexistente também qualquer programa estatal supletivo de renda para casos de acidente de trabalho. A assistência privada proporcionada por Jean Valjean (Madeleine) foi elemento que se revelou fundamental para a sobrevivência de Fauchelevant e, também, para o desfecho da obra literária.

Como benfeitor, Madeleine (Jean Valjean) concedeu indenização privada e voluntária ao idoso Fauchelevant por meio de um envelope com dinheiro deixado ao lado do leito do convalescente, junto com uma carta de referências a ser entregue a um convento em Paris, no qual Fauchelevant deveria ser empregado como jardineiro, uma espécie de reabilitação profissional privada providenciada por Jean Valjean.

A partir de tais providências, Fauchelevant poderia desfrutar de uma velhice tranquila.

Muitos anos depois, Jean Valjean, estando em fuga, pode se valer da amizade e influência de Fauchelevant, passando viver no mesmo convento e a utilizar, também, o nome Fauchelevant, o que afastava os efeitos nocivos do uso do passaporte amarelo e da condição de ex-grilheta.

Conforme já se disse, na época não havia qualquer suporte estatal para reabilitação penal, sendo a França considerada como um dos países mais rigorosos na imposição de pena aos transgressores da lei. Portanto, a condição de ex-grilheta era um estigma insuperável, uma barreira para reinserção na sociedade.

O acidente de trabalho acima narrado também teve o condão de despertar em Javert, inspetor de polícia que passava pelo local no momento do infausto, a suspeita de que Madeleine seria, em verdade, o ex-grilheta Jean Valjean. A partir desse episódio inicia-se a perseguição que se desenvolve por boa parte da história.

Interessante notar que o mesmo Estado Francês que se abstém na prestação de suporte aos desvalidos (velhos, doentes, acidentados), é incisivo na estratégia de persecução penal e impassível na segregação daqueles que em algum momento da vida ultrapassaram os limites da legalidade.



3. A Condição Feminina e o Abandono Estatal

A abstenção do Estado Francês do século XIX em prestar suporte aos cidadãos na ocorrência dos riscos sociais sobressai em diversas passagens do livro, conforme se pode notar já nas páginas iniciais, por ocasião da descrição da vida da Srta. Baptistine, irmã do Bispo Bispo Myriel (conhecido como senhor Benvindo), o Bispo de Digne.

Srta. Baptistine, não tendo contraído núpcias, e, portanto, sem renda própria, sobrevivia da benevolência de seu irmão religioso, sob as seguintes condições:

Para dar ideia da vida do Senhor Bispo de Digne e de como essas duas senhoras subordinavam suas ações, seus pensamentos e, até mesmo, seus instintos femininos, inclinados ao medo, aos hábitos e intenções do Bispo, sem que ele tivesse o trabalho de falar para torná-los conhecidos, não o podemos fazer melhor que transcrevendo aqui uma carta da Srta. Baptistine à Sra. Viscondessa de Boishevron, sua amiga de infância [...]

Como se pode ver por essa carta, as duas mulheres sabiam acomodar-se à maneira de ser do Bispo, com esse jeito especial da mulher que compreende o homem mais que ele mesmo. O Bispo de Digne, com seu modo afável e bom, que jamais se contradizia, metia-se às vezes em empresas difíceis, arrojada, admiráveis, sem mesmo dar-se conta do que se passava. [...]

Não o perturbavam jamais, fosse com uma única palavra ou um simples sinal. Em certos momentos, sem que fosse necessário que ele o dissesse, sem que, talvez, ele mesmo soubesse, tanta era a sua simplicidade, elas percebiam vagamente que ele agia como bispo; então não passavam de duas sombras vagando pela casa. Serviam-no obedientes, quase sem se deixarem perceber e, se fosse preciso, desapareceriam. Sabiam, por admirável delicadeza de instinto, que certos cuidados, em vez de ajudar, atrapalham. Por isso, mesmo pensando que ele estava em perigo, as duas compreendiam, não digo o seu pensamento, mas sua natureza, a ponto de não se afligirem mais pela sua sorte. Confiavam-no a Deus.

Essa era a razão pela qual a Sra. Baptistine dizia, como acabamos de ler mais acima, que a morte de seu irmão seria a sua morte. Mme. Magloire não o dizia, mas sabia disso perfeitamente (Hugo, 2012, p. 75-79)

A partir das linhas acima reproduzidas sobressai o quadro de dependência e submissão eterna da mulher face ao homem, seja emocional, seja economicamente, sobrevivendo, inicialmente na condição de filha, depois na condição de esposa, e caso não contraísse núpcias, ficava sob a responsabilidade de um irmão ou parente próximo.

Se o homem viesse a faltar, não havia meio supletivo de renda, e a mulher passaria, portanto, a situação de indignidade.

É também o que se constata na descrição da trajetória de vida da personagem Fantine, desde a época que conheceu o pai biológico de Cosette, até o seu falecimento precoce



decorrente das precárias condições de vida a que estava exposta: mulher, mãe solteira e, por consequência disso, prostituída.

A personagem faleceu muito provavelmente de tuberculose, doença desenvolvida em razão da pobreza, subnutrição, exposição constante ao frio, corroborada pela prostituição, único modo encontrado para auferir renda após a demissão decorrente da descoberta da maternidade extraconjugal, situação considerada indigna e segregante na França do século XIX.

A renda auferida por Fantine era toda destinada ao suporte de sua filha Cosette.

Por força da maternidade extramatrimonial Fantine fora compelida a abandonar sua filha Cosette à família dos Thénardiens, pois enquanto mãe solteira, abandonada pelo namorado, o estudante chamado Tholomyès Félix, e, na tentativa de reconstruir sua vida, não teve acesso a nenhuma rede de apoio, seja familiar, seja estatal.

Eis aqui uma explícita demonstração da tendência liberal da sociedade da época em atribuir os efeitos da pobreza a um suposto “efeito fatal da fecundidade irresponsável das classes populares” (Dardot; Laval, 2016, p. 54).

Em que pese se tratar de um livro sem qualquer resquício de ativismo em defesa dos direitos da mulher, o modo como a violência de gênero era consumada de modo corriqueiro na sociedade francesa do século XIX é revelada em diversas outras passagens da obra, deixando transparecer que o direito das mulheres sequer era um item da agenda estatal naquela época.

A demissão de Fantine foi realizada pela encarregada da fábrica de vidrilhos de Jean Valjean, no entanto, sem o conhecimento do patrão.

Essa passagem do livro revela como o capataziado, composto unicamente por mulheres, atuou de modo completamente preconceituoso e sob o argumento de que o fato de Fantine ser mãe solteira, e portanto, poderia causar abalos à moralidade no polo fabril, ante ao potencial de influenciar negativamente a conduta das demais colegas de trabalho.

A demissão de Fantine (Jean Valjean), além de comprovar o preconceito institucionalizado como forma de punição à mulher que não se enquadrava nos padrões de moralidade da época, desvela a completa inexistência de medidas estatais de proteção ao desemprego, pois a existência de um meio supletivo de renda em caso de desemprego involuntário certamente evitaria que a personagem Fantine fosse compelida à prostituição como único modo de prover o sustento de sua filha Cosette que à época vivia junto aos Thénardiens.



Em Fantine é possível constatar os efeitos nefastos decorrentes da inexistência de políticas de proteção ao trabalho da mulher, em especial sob o viés da maternidade e infância, e que retiram todo e qualquer resquício de Dignidade Humana, o que fica bem claro na seguinte passagem:

Ao entrar, Fantine caiu em um canto, imóvel e calada, encolhendo-se como uma cadela amedrontada.

O Sargento da guarnição trouxe uma vela acesa e colocou-a sobre a mesa. Javert sentou-se, tirou do bolso uma folha de papel timbrado e pôs-se a escrever.

Essa classe de mulheres está completamente entregue, pelas nossas leis, à discricção da polícia. Esta faz o que bem entende, castiga-as como lhe parecer melhor, confiando-lhes essas duas tristes coisas que elas chamam de indústria da liberdade. Javert estava impassível; seu rosto sério não denotava emoção alguma. Estava, portanto, grave e profundamente preocupado. Esa um desses momentos em que costumava exercer sem controle, mas com todos os escrúpulos de uma consciência severa, seu temível poder discricionário. Nesse instante, ele bem o sentida, seu escabelo de Agente de Polícia era um tribunal. Ele era o Juiz. Julgava e condenava. Concentrava todas as ideias que pudesse ter em mente ao redor do grande ato que estava cumprindo. Quando mais examinava o comportamento daquela mulher, mais se sentia revoltado. Era evidente que acabava de presenciar um crime. Havia poucos instantes, na rua, a sociedade, representada por um proprietário eleitor, fora insultada e atacada por uma criatura desclassificada. Uma prostituta havia ofendido um burguês. E ele, Javert, havia presenciado tudo. Javert escrevia em silêncio.

Quando terminou, assinou, dobrou o papel e disse ao Sargento: - Chame três homens e leve essa mulher para a cadeia. – Depois, voltando-se para Fantine: - Por seis meses você estará satisfeita.

A coitada estremeceu:

- Seis meses! Seis meses de prisão! – exclamou. – Seis meses ganhando sete soldos por dia! Que será de Cosette? Minha filha! Minha filha! Mas o senhor sabe que eu ainda devo mais de cem francos aos Thénardier, Senhor Inspetor? E arrastou-se nas lajes molhadas pelos sapatos cheios de lama de todos aqueles homens, sem se levantar, juntando as mãos e dando grandes passos com os joelhos. (Hugo, 2012, p. 289).

O trecho acima transcrito aponta para o preconceito de gênero como prática instalada e normalizada no seio da sociedade francesa do século XIX, sensibilizando o leitor sobre como a mulher era amplamente subjugada e explorada, e quão nefasta pode ser a abstenção do Estado na tutela dos Direitos das minorias.

O relato do autor evidencia empiricamente a presença do “darwinismo social” (Dardot; Laval, 2016, p. 52), exemplificada pela condição de seres humanos — crianças, mulheres, idosos, doentes — relegados à própria sorte pelo Estado, obrigados a cumprir seus “instintos sociais”.



Infelizmente, essa situação confirma que “nem todos os homens são convidados ao banquete da natureza” (Dardot; Laval, 2016, p. 52), o que prova que a lógica da competitividade não promove necessariamente o progresso da humanidade. Esse contexto expõe a falácia da defesa da luta vital e da concorrência como modo de vida, e que atualmente é tão propagada pelo senso comum.

4. As crianças, o trabalho infantil e a falta de tutela da infância

Victor Hugo também expõe a falta de tutela estatal à infância, representada por Cosette e pelos moleques franceses, lembrando o tradicional abandono dessa parcela de população desde a época da monarquia absolutista.

Cosette, fruto do relacionamento extramatrimonial havido entre Fantine e o estudante Tholomyès Félix, fora deixada pela mãe aos cuidados dos Thénardiens, onde era submetida a exploração do trabalho infantil e maus-tratos, vivendo em condições sub-humanas, em tratamento pior do que o concedido aos animais da casa:

Para progredir, não basta ser mau. O albergue andava de mal a pior. Graças aos cinquenta e sete francos da viajante, Thénardier evitara um protesto e honrara sua assinatura. Nos meses que se seguiram, ainda tiveram necessidade de dinheiro; a mulher foi a Paris e empenhou no montepio o enxoval de Cosette por uma soma de sessenta francos. Apenas gastaram também esse dinheiro, os Thénardier acostumaram-se a ver a menina como uma criança da qual cuidavam com caridade e como tal a tratavam. Como não tinha mais enxoval, vestiram-na com as roupas velhas de suas filhas, isto é, com trapos. Alimentavam-na com os restos de outros pratos, pouco melhor que o cão, pouco pior que o gato. O gato e o cão, afinal, eram seus comensais costumeiros. Cosette comia com eles, debaixo da mesa, numa tigela de madeira em tudo semelhante à deles.

A mãe, que se havia domiciliado, como veremos adiante, em Montreuil-sur-Mer, escrevia-lhes ou, para melhor dizermos, fazia-lhes escrever todos os meses, para ter notícias da filhinha. Os Thénardier respondiam invariavelmente: ‘Cosette está maravilhosamente bem’. (Hugo, 2012, 244)

O tratamento concedido à Cosette não era um costume isolado na família dos Thénardiens. Em sua narrativa Victor Hugo enfatiza, em diversas passagens, que o Estado Francês do Século XIX não dispunha de qualquer política estatal voltada ao bem-estar das crianças. Esse senso é reforçado a partir da descrição dos moleques franceses que deambulavam errantes pelas ruas de Paris, vide:

Na época quase contemporânea em que se passa a ação deste livro, não havia, como atualmente, um gendarme em cada esquina (benefício que não podemos analisar aqui); as crianças desamparadas abundavam em Paris. As estatísticas



dão-nos uma média de duzentas e sessenta crianças sem abrigo apanhadas anualmente pelas rondas policiais nos terrenos baldios, em casas em construção e sob os arcos das pontes. Um desses ninhos, que se tornou famoso, produziu as andorias da Pont d'Arcole. É esse, aliás, um dos mais desastrosos sintomas da sociedade. Todos os crimes do homem começam na ociosidade das crianças.

Contudo, excetuemos Paris. Relativamente, não obstante a observação que acabamos de fazer, a exceção é muito justa. Enquanto em qualquer outra grande cidade a criança sem família é um homem perdido, enquanto quase por toda parte, a criança entregue a si mesma é, de algum modo, destinada e abandonada a uma espécie de imersão fatal nos vícios públicos que lhe devoram a honestidade e a consciência, o moleque de Paris, insistamos, tão fasto e consumido na superfície, mantém-se interiormente quase intacto. (...) O que acabamos de dizer não nos impede absolutamente de sentir o coração angustiado quando encontramos uma dessas crianças, ao redor das quais quase que vemos flutuar os laços quebrados de uma família. (Hugo, 2012, p. 783).

Interessante notar, quanto ao tema moleques, a ambígua posição denotada pela Família Thénardiens, que no início da história, enquanto geriam uma estalagem em Montfermeil, exerceram a tutela de Cosette em troca do dinheiro que era regularmente enviado por Fantine.

Anos depois, o mesmo casal Thénardiens, tendo sofrido colapso financeiro, e concebido mais três meninos, relegou as crianças à própria sorte, vide:

Os dois meninos eram os mesmos de que Gavroche se compadecera, como o leitor deve estar lembrado. Filhos dos Thénardier, alugados a Mme. Magnon, atribuídos a Sr. Gillenormand, e agora folhas caídas de todos esses ramos sem raízes, levadas pelo vento.

Suas roupas, asseadas no tempo de MM. Magnon e que haviam servido de prospectos diante do Sr. Gillenormand, já estavam em farrapos.

Aquelas pobres criaturas pertenciam agora às estatísticas das “crianças abandonadas” que a polícia constata, prende, assusta e torna a encontrar nas ruas de Paris.

Era necessária toda a perturbação de tal dia para que aqueles pequenos miseráveis estivessem nesse jardim. Se os vigilantes os tivessem visto, teriam expulsado de lá aqueles farrapos. Meninos pobres não entram nos jardins públicos; contudo, dever-se-ia pensar que, como crianças que são, devem ter direito às flores. (Hugo, 2012, p. 1596).

O relato de Victor Hugo sobre a situação de Cosette e dos moleques franceses contrasta com a noção de bem-estar e direitos infantis e expõe o tratamento tal como seres de segunda estirpe, deixando ainda mais nítido que a época era marcada pela desumanização das classes hipossuficientes.



5. A Revolução Industrial e o Liberalismo Excludente

Em “Os Miseráveis”, Victor Hugo sinaliza, já no século XIX, a inaptidão do liberalismo clássico implantado pelo Estado Francês para realizar seu projeto de liberdade pessoal (Dardot; Laval, 2016, p. 62) desde suas primícias.

Interessante destacar a descrição acerca dos primórdios da revolução industrial que paulatinamente se instalava na Europa Ocidental e na França nos anos iniciais do século XIX, o que se constata no relato de que Jean Valjean, lançando mão do nome falso Madeleine, rapidamente construiu fortuna ao implementar processo produtivo inovador na fabricação de joias, vide:

Suas mãos tremiam. E, lentamente, escreveu estas poucas linhas: Cosette, eu a abençoo. Vou explicar-lhe. Seu marido tem razão por fazer-me compreender que eu devia me retirar; contudo, ele errou um pouco em seu julgamento, mas com razão. Ele é excelente. Ame-o sempre depois de minha morte. Senhor Pontmercy, ame sempre a minha filha querida. Cosette, não de encontrar este papel; eis que lhe quer fazer, você vai ver as cifras, se eu tiver forças para me lembrar; escute bem, esse dinheiro é seu. Eis como tudo aconteceu: O azeviche branco vem da Noruega, o azeviche negro vem da Inglaterra, as miçangas pretas vêm da Alemanha. O azeviche é mais leve, mais precioso, mais caro. Na França, podem fazer-se imitações, fazê-los como na Alemanha. Para amolecer a massa é preciso uma pequena bigorna de duas polegadas quadradas e uma lamparina de álcool etílico. A massa antigamente era feita com resina do pó de carvão, a quatro francos a libra. Eu imaginei fazê-la com goma-laca e terebintina; é bem melhor e custa apenas trinta soldos a libra. Os fechos são feitos com vidro roxo, colado com essa massa numa pequena peça de ferro negro. O vidro deve ser roxo para as bijuterias de ferro e negro para as bijuterias de ouro. A Espanha consome grande quantidade desse produto. É o país das miçangas [...] (Hugo, 2012, p. 1856).

Poucos anos depois da aquisição da empresa por Madeleine (Jean Valjean), ele conseguiu amedidar a fortuna de seiscentos mil francos, o que lhe permitiu viver confortavelmente e atuar como filantropo até o final da vida, tendo ainda deixado por legado e dote o valor de quinhentos e oitenta e quatro mil francos à Cosette, filha de Fantine (falecida na primeira parte do livro).

Em que pese Jean Valjean não ser um personagem ganancioso, o livro aponta estratégias de gestão empresarial, exercida por seus prepostos, em demonstração de que já naquela época existia o capataziado subordinado. É o que se extrai a partir da narrativa da rescisão arbitrária do contrato de trabalho de Fantine na empresa de Madeleine por ter sido descoberta sua situação de mãe solteira, e que, segundo o julgo particular da responsável pelo setor, poderia deturpar os costumes das demais trabalhadoras.



A partir das descrições de Victor Hugo sobre as características da sociedade francesa no início da revolução industrial é possível extrair o senso de que o sistema capitalista industriário já nasceu com fissuras em sua estrutura, as quais foram se agravando com o crescimento da população e a ampliação da acumulação de renda por parte dos detentores dos meios de produção.

6. Barricadas e Revolução de 1832: O clamor por Justiça Social na Paris do Século XIX

Victor Hugo entremeia a descrição dos problemas havidos no seio de uma sociedade marginalizada, realizando verdadeira dissecação sobre os eventos históricos ocorridos na França no decorrer da primeira metade do Século XIX.

A Batalha de Waterloo ocorrida na França em julho de 1815 é descrita praticamente na forma de autópsia pelo autor (Ribeiro, 2012, p. 427), correlacionando o desenvolvimento dos personagens do livro (Marius Pontmercy e Sr. Thenardier) com o desfecho do fim do império de Napoleão Bonaparte na França e na Europa.

Em que pese a Batalha de Waterloo ser relativamente periférica para o desfecho dos personagens centrais (Jean Valjean e Cosette), a narrativa minuciosa feita pelo Autor é considerada uma das melhores descrições históricas do evento, vide:

13

Quem ri da sorte é porque está familiarizado com os acontecimentos. Napoleão teve muitos acessos semelhantes de riso durante aquela refeição em Waterloo. Depois do desjejum, recolheu-se por um quarto de hora; em seguida, dois generais sentaram-se sobre o monte de palha, com uma pena na mão e uma folha de papel sobre os joelhos, e o Imperador ditou-lhes a ordem de combate.

Às nove horas, no instante em que o Exército Francês, escalonado e posto em movimento em cinco colunas, se havia espalhado, as divisões em duas linhas com a artilharia entre as brigadas e as fanfarras à frente, estremecendo os campos com o rufar dos tambores e o clangor dos clarins, possante, enorme, feliz, um mar de capacetes, com o horizonte cheio de sabres e baionetas, o Imperador, comovido, exclamou duas vezes: - Magnífico! Magnífico! (Hugo, 2012, p. 452)

O segundo evento histórico descrito de modo cuidadoso pelo Autor foi a Revolução de 1832, no qual se narra o funcionamento das barricadas, demonstrando o surgimento de um “contramovimento” no seio da sociedade e dos movimentos estudantis, como forma de reação à indiferença do Estado Francês quanto às mazelas sociais vivida pelos Parisienses, e que



certamente resultou na ampliação da rede proteção social que se instalou a partir do final do século XIX na França, e se espraiou rapidamente pela Europa. (Dardot; Laval, 2016, p. 64)

Eis um trecho da narrativa acerca de como eram constituídas as barricadas:

Os jornais da época, dizendo que a barricada da Rue de La Chavrierie, construção quase inexpugnável, como a chamavam, chegava ao nível do primeiro andar, enganaram-se. Na verdade, não ultrapassava a altura média de seis ou sete pés. Era construída de maneira que os combatentes pudessem, à vontade, desaparecer por detrás, ou dominar a barragem ou escalá-la graças a uma quádrupla fileira de pedras sobrepostas de modo a formarem degraus na parte interna. Por fora, a barricada, feita de pilhas de pedras, de tonéis fixos por meio de vigas e tábuas que se encaixavam nas rodas da carroça de Anceau e do ônibus, tinha um aspecto eriçado e inextrincável. (Hugo, 2012, p. 1455).

O contexto social era semelhante a uma ‘caldeira explosiva’, pois os operários haviam se tornado uma classe perigosa: ‘não queriam mais servir de carne para canhão nas lutas da burguesia’ (Ribeiro, 2012, apresentação).

A obra aponta para o entendimento de que a Revolução de Paris de 1832 foi fruto das condições sociais insuportáveis sob as quais viviam os pobres e miseráveis na França do século XIX.

Ambos os eventos (Waterloo e a Revolução Francesa de 1832), são tidos como elementares para a constituição do Estado Constitucional que se seguiu nos anos posteriores, sendo expostos em suas entranhas pelo Autor, o que torna possível que o leitor seja sensibilizado sobre aspectos patológicos da sociedade francesa do início do Século XIX, época marcada pela a insensibilidade quanto à pobreza da população, ausência de saneamento básico, inexistência de políticas públicas que amparassem as classes menos favorecidas.

6. O Estado policialesco

A sociedade descrita por Victor Hugo está contextualizada numa época em que o Estado Francês denotava o viés notoriamente liberal e abstinentemente quanto à esfera privada dos cidadãos, postura defendida na Revolução Francesa (1789), e como reação ao Estado Absolutista que preponderou durante a Idade Média.

Importante notar que essa abstenção se dá apenas no aspecto da assistência social, sendo relevante a intervenção estatal sob o viés policialesco, atuação que perdurou, conforme descrito em Pappillon (Charrière, 1973) até meados do século XX.



Durante toda a narrativa elaborada por Victor Hugo, o Estado, personificado sob a figura de Javert, inspetor de polícia, ou dos gendarmes, se faz intensamente presente na perseguição de Jean Valjean, o ex-grilheta, na repressão dos moleques dispersos nas ruas de Paris, e na repreensão da Revolução de 1832, atuando de modo efusivo contra os revoltosos aglutinados nas barricadas.

Eis um paradoxo importante que não pode ser ignorado, qual seja: o prestígio concedido a Madeleide enquanto Prefeito de em Montreuil-sur-Mer, bem como o tratamento de destaque e respeito dado a Javert, inspetor de polícia, contrapondo com a atuação autoritária e repressiva direcionada aos miseráveis e aqueles que se levantavam contra o *status quo* instalado.

A narrativa deixa claro que a atuação do Estado liberal estava totalmente distante das causas sociais, em aspectos tais como a orfandade, a doença, a maternidade, a velhice, o desemprego, porém se faz muito presente quando o tema é população marginalizada, violação da lei e sublevação popular.

Conclusão

A narrativa de Victor Hugo é rica e repleta de personagens, sendo que a presente resenha não pretende descrevê-los à exaustão, tampouco antecipar ao leitor qual seria o desfecho de Jean Valjean em sua jornada pela reabilitação penal.

A obra *Os Miseráveis* denuncia a indiferença do Estado liberal em relação às necessidades da parcela da população desprovida de recursos, e alerta sobre o custo humano dessa omissão, descrevendo de modo cuidadoso as mazelas sociais experimentadas pelas massas trabalhadoras, e a eclosão social na Revolta de Paris de 1832, escapando à definição simplista de que a população desvalida seria um bando de pobres, preguiçosos e cheios de vícios.

A partir da obra ficcional, é possível sensibilizar o leitor sobre as barreiras soerguidas para o desfrute de uma vida plena quando o Estado se abstém de promover políticas públicas mínimas de modo a garantir da subsistência de parcela da população que não consegue prover seu sustento por meio do labor diário.

A narrativa demonstra que a insatisfação social advém da repressão e da sonegação ao acesso a direitos básicos, o que torna as revoltas inevitáveis e aponta para a importância do Estado na prestação da assistência aos desprotegidos.



O presente artigo pretendeu demonstrar, a partir de trechos colhidos do livro *Os Miseráveis*, os elementos da sociedade Francesa que resultaram na eclosão de revoluções sociais, ao custo de muitas vidas, e que resultaram nas primícias da proteção social prestada pelo Estado, não como um favor do ente estatal, mas como o fruto de pressão e lutas populares.

Em que pese não ter sido pensado como uma crítica à inexistência de ferramentas de Previdência Social e de Assistência Social, o contexto explanado por Victor Hugo em sua obra torna possível refletir sobre um Estado que se abstém de intervir em demandas sociais, comprovando a importância e relevância da manutenção de políticas públicas que promovam o acesso a recursos minimamente necessários à sobrevivência.

A partir da narrativa de Victor Hugo é possível repensar a tendência dos Estados, sob o contexto do neoliberalismo vigente, em que se caminha para a financeirização das economias, e onde se percebe uma tendência desconstrutiva de direitos, pretendendo resgatar a sensibilidade coletiva em prol da proteção assistencial e previdenciária, e vocacionado a afastar o discurso em prol da desprevidenciária da economia.

A partir da análise do contexto social de uma época em que não havia qualquer limitação à extração da mais valia, quando não havia qualquer preocupação em prestar suporte ao indivíduo quando da ocorrência dos riscos sociais, torna-se possível sopesar a validade dos argumentos quanto aos custos envolvidos no suporte prestado pelo Estado, quanto ao viés economicista dado ao Estado, e que vem colocando como valor absoluto a objeção ao aumento dos custos na produção, da diminuição da concorrência comercial entre as nações.

Seria, quiçá, positivo o regresso ao contexto experimentado na França em seu patamar de direitos existentes nas décadas iniciais do Século XIX? É muito provável que não.

Não é por acaso que a obra de Victor Hugo continua relevante e atemporal, mesmo após transcorridos mais de 150 anos de sua publicação inaugural, como um marco na literatura ocidental, uma reconstrução histórica, e que tem o condão de sensibilizar o leitor para a importância da intervenção do Estado para mitigar as mazelas sociais fruto da acumulação de capital por aqueles que detém os meios de produção.

O recado final deixado por Victor Hugo, nos deixa a certeza de que nascemos do pó, e ao pó voltaremos. Nada mais.

REFERÊNCIAS



CHARRIÈRE, Henri. **Pappilon: o homem que fui do inferno**. São Paulo: Difel 1973.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo. 2016.

GODOY, Arnaldo de Sampaio de Moraes Godoy. **Direito & Literatura: Ensaio de Síntese Teórica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

HUGO, Victor. **Os miseráveis**. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2012.

IHERING, Rudolf Von. **A luta pelo Direito**. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2019.

PALACIOS, Fernando; TERENCEZZO, Martha. **O Guia Completo do Story Telling**. Rio de Janeiro: Alta Books. 2016.